

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

Título: Em casa 3

O Estado de S. Paulo

Título: Falta foco na Eletrobrás 9

Título: Direto da fonte 13

Correio Braziliense

Título: Olhos voltados para a sucessão em Itaipu 14

Sumário

VEÍCULO: O Globo 2

Título: Transpetro é alvo da 50ª fase da Operação Lava-Jato 2

VEÍCULO: Folha de S. Paulo 3

Título: Em casa 3

Título: Linhão de Belo Monte tem operação restringida após apagão 3

Título: Trump confirma isenção de tarifas ao aço do Brasil até maio 4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 6

Título: ONS impõe limites a linhão de Belo Monte 6

Título: A boa informação traz transparência 7

Título: Falta foco na Eletrobrás 9

Título: Brasil e EUA iniciam conversa sobre taxa do aço 10

Título: Três grupos devem entregar proposta por gasoduto de US\$ 6 bi 11

Título: Direto da fonte 13

VEÍCULO: Correio Braziliense 14

Título: Olhos voltados para a sucessão em Itaipu 14

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Transpetro é alvo da 50ª fase da Operação Lava-Jato**

PF aprofunda investigação sobre propinas em contratos da estatal.

A Operação Lava- Jato chegou ontem à sua 50ª fase, com a Polícia Federal cumprindo três mandados de busca e apreensão em ação que aprofunda investigações sobre pagamento de propina e lavagem de dinheiro em contratos da Transpetro, subsidiária da Petrobras para transportes marítimos. Com ações em Salvador, Campinas e Paulínia, em São Paulo, a Operação Sothis II é um prosseguimento da 47ª fase da Lava-Jato (a Sothis I), que já investigava irregularidades na Transpetro. O principal alvo da operação é o ex-gerente da Transpetro José Antônio de Jesus, preso preventivamente em Curitiba desde novembro de 2017, quando foi deflagrada a Operação Sothis I. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), a investigação mostrou que a empresa Meta Manutenção e Instalações Industriais Ltda teria pago R\$ 2,3 milhões para o ex-gerente da estatal entre 2009 e 2001.

PARENTES FAVORECIDOS

“As provas colhidas até o momento indicam ainda que, logo após as transferências dos recursos pela Meta Manutenção, familiares de José Antônio de Jesus foram favorecidos com operações bancárias diretas da empresa vinculada ao ex-gerente da Transpetro, evidenciando que foi utilizada apenas para esconder a origem ilícita dos valores”, diz a nota do MPF. Segundo o G1, a operação em Salvador mirou em Ana Zilma Fonseca de Jesus, mulher de José Antonio. Em São Paulo, os alvos foram empresas investigadas na operação. As investigações da Sothis I começaram a partir da delação de Luiz Fernando Maramaldo, executivo da NM Engenharia. O empresário apontou José Antônio, preso no interior da Bahia, como sendo integrante de um esquema de propina que teria rendido ao ex-gerente da Transpetro R\$ 7 milhões pagos pela própria NM, entre 2009 e 2014. Jesus foi denunciado pelo MPF no fim do ano. José Antônio, de acordo com o MPF, pediu para receber 1% do valor de contratos da empresa com a Transpetro como forma de propina.

O valor final, no entanto, foi fixado em 0,5%. Ao longo das investigações, José Antônio foi delatado também por um ex-sócio, o empresário José Roberto Soares Vieira, que alegou ter se desentendido com o ex-gerente da Transpetro porque José Antônio usava a empresa de ambos para receber pagamentos de

terceiros sem que os serviços fossem efetivamente prestados. SÓCIO ASSASSINADO José Roberto foi assassinado com nove tiros em 18 de janeiro na Região Metropolitana de Salvador. À época, o juiz federal Sergio Moro, responsável pelos processos da operação na primeira instância, disse que não poderia excluir a possibilidade de o homicídio estar relacionado às investigações da Lava-Jato.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: Ricardo Balthazar

Título: Em casa

Com a saída de **Fernando Coelho Filho (MDB)** para disputar as eleições, dois integrantes da cúpula do **Ministério de Minas e Energia** estão cotados para assumir a pasta: o secretário-executivo do ministério, Paulo Pedrosa, e o secretário de Petróleo, Márcio Félix.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Linhão de Belo Monte tem operação restringida após apagão

Projetado para operar com até 4 mil megawatts (MW), mas poderá usar, no máximo, 1,7 mil MW.

O sistema de transmissão da energia de Belo Monte vai operar com restrições até que sejam identificadas as causas do apagão da última quarta (21).

Projetado para operar com até 4 mil megawatts (MW), a linha que sai da usina poderá levar, no máximo, 1,7 mil MW.

A restrição foi anunciada pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) em boletim de planejamento da operação divulgado nesta sexta (23). O blecaute foi provocado por erro no ajuste do sistema de proteção de um disjuntor, que estava preparado para operar com volume menor de energia.

No momento do apagão, o sistema operava com 3,7 mil MW. A subestação e as linhas de transmissão de Belo Monte foram inauguradas em dezembro e havia recebido, no dia do apagão, autorização para atingir sua capacidade máxima.

Naquele mesmo dia, ele havia sido autorizado a atingir sua capacidade máxima, diante da avaliação, pelo ONS de que os testes iniciais haviam sido bem sucedidos.

O apagão atingiu 13 estados das regiões Norte e Nordeste, deixando cerca de 70 milhões de pessoas sem luz. No Sudeste e no Centro-Oeste, distribuidoras tiveram que fazer cortes isolados para evitar que o problema se alastrasse para o resto do país.

O ONS anunciou que espera finalizar as investigações em dez dias. Nesse processo, vai tentar entender a razão para o erro no ajuste, que pode ser resultado de falha humana ou de problema no equipamento. Com a abertura do disjuntor, houve interrupção no fluxo de energia da usina para a subestação, evento que derrubou a instalação e, em seguida, as redes de transmissão das regiões Norte e Nordeste.

Nesta sexta, a Belo Monte Transmissão de Energia (BMTE), que é operadora da subestação onde ocorreu o problema, disse que houve operação indevida do sistema de proteção do disjuntor. Mas negou falha no equipamento.

A BMTE é controlada pela chinesa State Grid e tem como sócias as subsidiárias da Eletrobras Furnas e Eletronorte. A empresa diz que sua área técnica está analisando as causas do desligamento, que ocorreu às 15h48 de quarta.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Estelita Hass Carazzai

Título: Trump confirma isenção de tarifas ao aço do Brasil até maio

Em um decreto emitido na noite desta quinta (22), o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, confirmou a isenção de tarifas sobre o aço brasileiro até o dia 1º de maio, mas abriu a possibilidade de impor quotas de importação sobre o produto.

Segundo a Casa Branca, o Departamento de Comércio irá monitorar de perto as importações nesse período e avaliar se ainda há ameaças à indústria siderúrgica local.

O governo ficará atento a um eventual aumento da importação de aço, triangulação ou excesso de produção mundial.

A imposição de quotas nesse período, ou mesmo o retorno das tarifas ao final do prazo, é uma prerrogativa do presidente.

“Se necessário e apropriado, eu vou considerar dar ordens ao departamento de fronteira e alfândega para implementar uma quota o mais rápido possível, que vai considerar as importações desde janeiro de 2018”, afirmou Trump, no decreto.

O documento destacou ainda que as tarifas permanecem “um importante primeiro passo” para assegurar a viabilidade econômica da indústria siderúrgica americana.

“Sem elas, essa indústria continuará em declínio, deixando o país sob risco de se tornar dependente do aço importado”, declarou o presidente.

A indústria brasileira, ainda assim, permanece confiante sobre a possibilidade de isenção definitiva.

“É um grande processo negocial; faz parte”, afirmou à Folha Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Instituto Aço Brasil.

Ele considera a suspensão das tarifas um passo importante, mas diz que as negociações continuarão em andamento. “Estamos serenos, mas conscientes de que ainda não ganhamos nada.”

Para a economista Monica de Bolle, pesquisadora do Peterson Institute em Washington, a imposição de quotas pretende proteger o aço local, mas também faz parte de uma estratégia maior.

“O objetivo final é pegar a China”, disse. Os EUA devem colocar na mesa de negociações o combate à triangulação de produtos chineses e a formação de uma aliança para pressionar o país asiático a diminuir o excesso de produção siderúrgica, em troca da isenção ou redução das tarifas.

Bolle considera “muito difícil” que os países isentos temporariamente da sobretaxa acabem livres de quaisquer medidas. “Mas tudo vai depender de negociação.”

CONTEXTO

O Brasil é o segundo maior exportador de aço para os EUA –que decidiram, no início do mês, impor tarifas ao aço e alumínio sob o argumento de proteger a indústria siderúrgica local e, por consequência, a segurança nacional.

Mas o governo americano deixou aberta a possibilidade de negociação, e acabou isentando temporariamente alguns países das tarifas, que começaram a valer nesta sexta (23).

Além do Brasil, foram poupados, por ora, México, Canadá, Coreia do Sul, Argentina, Austrália e a União Europeia.

No decreto desta quinta, Trump informa que o Brasil tem um “importante relacionamento com os EUA” na área de segurança nacional, especialmente em relação a questões relativas à América Latina, compartilham um “investimento recíproco em bases industriais” e têm uma “forte integração econômica”.

O aço produzido pelo Brasil consome carvão importado dos EUA, o que equilibra a balança comercial entre os países –que foi superavitária para os americanos nos últimos dez anos.

As negociações com os EUA permanecem em andamento, até maio. Caso não haja um acordo sobre o tema, há a possibilidade de que as tarifas voltem a ser impostas ao Brasil e aos outros países.

As alíquotas determinadas por Trump foram de 25% sobre o aço e 10% sobre o alumínio. Com a isenção, voltam a ser de 0,9% e 2%, respectivamente.

Uma comitiva da indústria brasileira voltará a Washington no início de abril, para continuar com as gestões junto ao governo americano.

Nesta quinta, o Instituto Aço Brasil também contratou a firma de advocacia Steptoe & Johnson, sediada na capital americana, para auxiliar nas negociações.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: ONS impõe limites a linha de Belo Monte

O linha de transmissão da hidrelétrica de Belo Monte, que registrou uma falha técnica na última quarta-feira, levando a um apagão que deixou 70 milhões de pessoas sem luz em 13 Estados do Norte e Nordeste, terá sua operação limitada até que sejam concluídas as análises da ocorrência e eventuais correções sejam realizadas, informou o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). “Até que seja realizada a análise desta perturbação e as adequações que se fizerem necessárias, as operações do bipolo Xingú – Estreito e do Fluxo Norte – Sul deverão estar limitadas em 1.700 MW e 1.000 MW, respectivamente”, afirmou o operador. A falha, que afetou 25% da carga do País, ocorreu no mesmo dia em que a linha recebeu a liberação para operar com sua potência plena de 4 mil MW, devido à conclusão, com sucesso, dos testes de desempenho do sistema de transmissão em corrente contínua. O ONS informou que em até 15 dias,

contados a partir da quarta-feira, deve apresentar um primeiro relatório técnico sobre o problema.

Ontem, o diretor-geral do órgão, Luiz Eduardo Barata, afirmou que na próxima segunda-feira haverá uma reunião com os diversos agentes envolvidos, para discutir a questão, incluindo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a concessionária que opera a linha, a Belo Monte Transmissora de Energia (BMTE), uma sociedade entre a chinesa State Grid e a estatal Eletrobrás. “Todas as vezes em que tem um distúrbio dessa dimensão, há uma sede enorme de saber o que foi, quem foi, como vai ser punido, mas precisamos tomar cuidado com o diagnóstico”, afirmou, durante evento em São Paulo. Ele também salientou que ainda é cedo para falar sobre penalidades e esclareceu que caberá à Agência Nacional de Energia Elétrica avaliar se os responsáveis deverão ser penalizados. O diretor da Aneel Tiago de Barros, presente no mesmo evento, esclareceu que a análise de eventuais penalidades começará apenas após a conclusão da investigação pelo ONS.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Adriano Pires

Título: A boa informação traz transparência

A história se repete. Ano de eleições vem sempre com uma discussão acalorada sobre o preço da gasolina e do gás liquefeito de petróleo (GLP), conhecido como gás de cozinha. Quase todos os candidatos vão afirmar que a gasolina está cara e o preço do gás de cozinha está prejudicando as camadas de renda mais baixa. Segundo, tentam achar os culpados para explicar os preços elevados e a sociedade fica sem a verdadeira informação porque o assunto é politizado e os órgãos de governo acabam quase sempre confundindo transparência com controle de preços. Porém, ninguém mostra como são formados e por que existem oscilações nos preços da gasolina e do GLP.

Ou seja, cria-se toda uma narrativa política e populista que tenta controlar as margens de refino, distribuição e revenda sem esclarecer que esses produtos enquanto commodities têm um comportamento parecido, por exemplo, com o trigo, o açúcar e o café. Tão simples como isso. No passado a Petrobrás absorvia tudo, tinha prejuízo quando o petróleo estava caro e ganhava uma margem alta quando o preço do barril caía. Na prática, a política de preços tentava revogar a lei da oferta e da demanda e quem pagava a conta era a Petrobrás, os seus acionistas, o etanol e, no final do dia, toda a sociedade. Agora o cenário mudou e com as revelações da Lava Jato associadas às barbeiragens que deixaram a Petrobrás com a maior dívida de empresas de petróleo do mundo, o governo de

forma correta resolveu respeitar a lei e dar liberdade e autonomia para a empresa fixar os preços dos seus produtos nas refinarias.

O problema é que demos azar que nesse momento de adotar a política de preços correta o barril do petróleo foi de US\$ 40 para quase US\$ 70 e a União e os Estados atravessando a pior crise fiscal da história do País aumentaram a carga fiscal que incide sobre o preço final dos combustíveis. No caso da gasolina, diesel e etanol, no primeiro semestre de 2017 o governo federal aumentou o valor do PIS/Cofins, gerando uma arrecadação de R\$ 10,5 bilhões ao ano. Este aumento impactou, somente na gasolina, mais de R\$ 0,40/litro.

O PIS/Cofins mais o ICMS cobrado pelos Estados representam 50% no preço final da gasolina. No caso do gás de cozinha é preciso fazer uma observação a mais sobre as margens brutas da distribuição e revenda. Antes de afirmar que essas margens seriam muito altas quando comparadas às da gasolina, é preciso entender o funcionamento do mercado de GLP. A logística da distribuição e da revenda do gás de cozinha, a título de exemplo, lembra muito a da Avon e da Natura na venda de perfumes e cosméticos. Por quê? Porque são 35 milhões de botijões entregues por mês na casa do consumidor em menos de 30 minutos.

As questões dos preços do gás de cozinha afetarem as camadas de renda mais baixa também merece um comentário. Na verdade, a atual política de preços, que já evoluiu na atual gestão da Petrobrás, subsidia todos os níveis de renda. O correto seria criar alguma compensação para as famílias mais pobres por meio, por exemplo, de um vale-gás embutido no Bolsa Família. Sem falar que hoje nas comunidades pobres a milícia cobra uma taxa sobre o gás de cozinha e, também, se beneficia do subsídio em detrimento dos consumidores dessas localidades.

Não é hora de procurar culpados, e sim soluções. A melhor forma de dar transparência é mostrar ao consumidor que existem vários fornecedores ao longo de toda a cadeia e, logo, existe concorrência e os preços respondem ao mercado. É preciso mostrar, também, o valor e a quantidade de impostos que incidem no preço ao consumidor, bem como a parcela do petróleo. Mas é preciso respeitar e não querer determinar margens de refino, distribuição e revenda que são livres e sendo livres só trazem benefícios para toda a sociedade. Se algum desses agentes adotar práticas monopolistas ou de cartel temos instituições como a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para determinar punições.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção:** Economia**Autor:** Adriana Fernandes**Título:** Falta foco na Eletrobrás

A troca de comando no **Ministério de Minas e Energia** é hoje acompanhada com mais emoção pelo mercado financeiro e tem mais potencial para interferir na volatilidade de preços do que a própria saída de Henrique Meirelles da Fazenda – tradicionalmente o cargo mais disputado da Esplanada dos Ministérios em Brasília. O **ministro Fernando Coelho** já avisou que deixará o comando de **Minas e Energia** no dia 5 de abril para tentar se eleger pelo MDB a deputado federal por Pernambuco. O medo é que seu substituto entre no governo justamente com a missão de sabotar de vez a privatização da Eletrobrás. Inicialmente prevista para este ano, a venda da estatal de energia – que tem sido, nas últimas décadas, um feudo de indicações políticas do MDB –, foi anunciada em agosto de 2017. Mas, se misturou ao intrincado jogo eleitoral de 2018 e pode não ocorrer devido à pressão de aliados do presidente Temer.

Na área econômica, há uma queixa cada vez mais crescente com a falta de foco do time político de Temer para destravar o processo no Congresso. Apontado como o projeto mais importante da agenda econômica este ano, a privatização da estatal de energia não recebe tratamento político na mesma magnitude de importância alardeada. O tempo é curto e os projetos para permitir a privatização têm avanço lento no Congresso porque se transformaram em moeda de troca das negociações de alianças eleitorais regionais. Embora os ministérios de Minas e Energia e Fazenda estejam bem alinhados tecnicamente em torno do desenho da proposta – algo historicamente incomum –, a falta de mobilização de governo tem aberto o flanco para os opositores da privatização que estão alojados nos segmentos da política e dos sindicatos com interesses contrários à venda da gigante de energia.

Além, é claro, dos grupos que lutam contra a privatização e que buscam votos nos setores da população que têm a mesma bandeira. No Tribunal de Contas da União (TCU), há forças importantes também contrárias à venda. Com o processo em andamento, o problema maior que se coloca é o risco de liquidação das seis distribuidoras de energia administradas pela Eletrobrás e que ficam nas regiões Norte e Nordeste. Se não ocorrer a privatização, a liquidação será o caminho para essas distribuidoras, o que pode comprometer a própria viabilidade da Eletrobrás, que terá de assumir uma dívida bilionária. A essa altura, portanto, um processo inconcluso de venda poderá levar a um cenário muito pior politicamente para o governo.

É com essa argumentação que os ministérios da Fazenda e de Minas e Energia consideram que a guerra da privatização não está perdida. Algumas mudanças estão sendo costuradas para acomodar os interesses políticos. É o caso do senador Eduardo Braga (MDB-AM), ex-ministro de Minas e Energia, que já estaria mais próximo e se alinhando à privatização. Com tantas incertezas no caminho da privatização, a troca de comando no MME passa ter papel central. Temer já sinalizou que vai buscar uma solução de continuidade técnica. Não significa, porém, que o secretário executivo, Paulo Pedrosa, será a opção natural de Temer. Dependendo de quem for escolhido, o time atual, que trabalhou na proposta de privatização, abandona o barco. O grupo não fica se não houver empenho em seguir no processo de venda da estatal. Ninguém quer ficar como avalista de um projeto que não é o seu.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta

Título: Brasil e EUA iniciam conversa sobre taxa do aço

Governo americano indicou, ontem, que exclusão permanente de alguns países da sobretaxa dependeria de uma contrapartida, mas não deu detalhes.

As áreas técnicas dos governos do Brasil e dos EUA já iniciaram as conversas em torno das sobretaxas que os americanos começaram a aplicar ontem sobre suas importações de aço e alumínio. Os produtos brasileiros estão liberados de pagar a taxa adicional até o dia 1.º de maio. Nesse período, os dois países farão uma negociação cujo formato e objetivos ainda não estão claros. O secretário de Comércio dos EUA, Wilbur Ross, afirmou anteontem que a exclusão de Brasil, Argentina, Austrália, Coreia do Sul e União Europeia da sobretaxa não ocorreria sem uma contrapartida. Mas não deu detalhes. Não houve sinais até agora de que a conversa se dará em torno de produtos específicos como, por exemplo, um aumento da importação do etanol de milho americano.

Na quarta-feira, o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, disse que, se a questão é de segurança nacional, “não há por que trocar aço por manteiga”. É aguardado para o início da próxima semana um telefonema do presidente Michel Temer para Donald Trump. O contato de mais alto nível entre os dois países é visto como uma peça importante para o sucesso das negociações. Em nota conjunta dos ministérios da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e das Relações Exteriores, o governo brasileiro diz que atuará junto com o setor privado para que a exclusão de seus produtos de aço e alumínio do regime de sobretaxa se dê de forma definitiva o quanto antes.

“O governo brasileiro permanece convencido de que tal resultado será melhor alcançado por meio do diálogo”, diz. Parceria. No anúncio que confirmou oficialmente a exclusão do Brasil da sobretaxa, o governo americano cita a cooperação dos dois países na área de Defesa, principalmente na América Latina, para justificar sua decisão. Ao anunciar a sobretaxa, Trump havia dito que países parceiros poderiam ser liberados. O documento fala também da atuação conjunta de Brasil e EUA no Foro Global do Aço, coordenado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que discute o que fazer com o excesso de produção de aço no mundo. Há uma sobreoferta estimada em 750 milhões de toneladas, dos quais 400 milhões são de origem chinesa. O Brasil tem tido uma atuação forte nas discussões, em posições convergentes com as dos EUA. Outro ponto mencionado no anúncio é a integração comercial e de investimento entre os dois países.

Nesse ponto, se encaixa o principal argumento do Brasil: de que sua produção é complementar à dos EUA. Cerca de 80% do aço exportado para lá é semiacabado, para ser processado pelas indústrias locais. Na mão inversa, o Brasil importa US\$ 1 bilhão de carvão siderúrgico americano ao ano. Há, além disso, os investimentos na indústria siderúrgica americana. Perto de 14% do aço produzido naquele país vem de empresas com capital brasileiro, que empregam 100 mil pessoas. Por isso, o lado brasileiro acredita estar em boa posição para negociar. Os americanos se mostraram preocupados com uma possível triangulação de produtos chineses por outros mercados. Mas os técnicos reuniram dados para demonstrar que esse não é o caso do Brasil. COLABOROU LORENNA RODRIGUES

Guerra comercial derruba mercado

O temor de uma guerra comercial continuou impactando o mercado global ontem. O Dow Jones, índice da Bolsa de Nova York, fechou em queda de 1,77%, aos 23.533,20 pontos, menor nível desde novembro. No Brasil, o dólar chegou a R\$ 3,3164, maior valor no ano, com avanço de 0,24% no dia. O Ibovespa recuou 0,46%. Na quinta-feira, os EUA anunciaram imposição de tarifas de US\$ 60 bilhões contra produtos da China. Pequim reagiu e anunciou tarifas de US\$ 3 bilhões sobre produtos americanos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor: Mônica Scaramuzzo / Renée Pereira

Título: Três grupos devem entregar proposta por gasoduto de US\$ 6 bi

Reta final. Prazo para entrega de proposta firme para comprar a TAG termina na 2ª quinzena de abril; estão na disputa a francesa Engie, o fundo Mubadala e

um consórcio formado pelo banco australiano Macquarie, Itaúsa e Brasil Warrant, da família Moreira Salles

A Petrobrás começa a receber a partir da segunda quinzena de abril as propostas firmes para a venda de 90% do gasoduto Transportadora Associada de Gás (TAG), que atende a região Nordeste do País. A francesa Engie, o fundo Mubadala, de Abu Dabi, e o consórcio formado entre o banco australiano Macquarie, Itaúsa e Brasil Warrant, braço de investimento da família Moreira Salles, estão entre os investidores interessados em comprar o negócio, apurou o 'Estado'. A transação é avaliada em US\$ 6 bilhões, segundo fontes. Até o fim do ano passado, o fundo Pátria também tinha interesse em fazer proposta pelo negócio. Mas a gestora brasileira, que tem parceria com o fundo americano Blackstone, não estaria disposta a fazer um desembolso tão alto pelo ativo, afirmaram duas pessoas familiarizadas com o assunto. A venda da TAG é considerada estratégica para a Petrobrás, que está em processo de desinvestimento de ativos para fazer caixa e honrar os compromissos. Se concretizada, a transação será a maior já realizada pela estatal.

Em setembro de 2016, a petroleira vendeu 90% do gasoduto Nova Transportadora do Sudeste (NTS), sendo 82,35% para a gestora canadense Brookfield e 7,65% para o Itaúsa. A estatal levantou US\$ 4,2 bilhões com esse negócio. "Aos poucos a estatal volta o foco para seu principal negócio, que é explorar e produzir petróleo. Não faz sentido ter investimentos nessas áreas", afirma o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, destacando que o próximo passo será vender as participações nas refinarias. No mês passado, a Petrobrás sofreu um revés do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ao ter a venda da Liquigás – empresa de gás de cozinha – para o grupo Ultra, barrada. O valor do negócio era de R\$ 2,8 bilhões. Fontes familiarizadas com as negociações da TAG afirmaram que a disputa pelo ativo está acirrada.

O banco australiano Macquarie ganhou força no processo, com a entrada do Itaúsa, braço de investimentos do Itaú Unibanco, e da Brasil Warrant, family office da família Moreira Salles, no consórcio para a compra do gasoduto, de acordo com pessoas a par do assunto. Procurados, Macquarie, Itaúsa e Brasil Warrant não comentaram o assunto. O fundo Mubadala não retornou os pedidos de entrevista. Em nota, a Engie informou que "tem interesse em ativos na cadeia de gás natural no Brasil e acompanha todos os movimentos no mercado".

Já a Petrobrás manteve o posicionamento divulgado em 28 de dezembro, que confirma ter dado início à fase vinculante do processo de alienação de 90% de sua participação na TAG. Acelerado. Desde que assumiu a presidência da Petrobrás, em maio de 2016, o executivo Pedro Parente tem acelerado o

processo de venda de negócios considerados não estratégicos para a estatal. O desafio da empresa é alcançar até o fim deste ano US\$ 21 bilhões com a venda dos negócios. No ano passado, a companhia levantou US\$ 4,5 bilhões com o plano de desinvestimento, sendo US\$ 4 bilhões em dezembro. Além de vender uma fatia de 25% do campo de Roncador, a estatal concluiu o processo de abertura de capital da BR Distribuidora, que reforçou o caixa em R\$ 5 bilhões, e vendeu o campo de Azulão, na Bacia do Amazonas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da fonte

Haja luz

Enquanto não houver decisão sobre o futuro ministério de Temer, a Câmara vai andar de lado e a privatização da Eletrobrás não vai sair do papel, segundo fonte próxima às negociações. Nesta semana, entretanto, **Fernando Bezerra** aumentou seu cacife para indicar o sucessor para **Minas e Energia** quando se filiou ao MDB – depois que resolveram a cizânia da executiva do partido em Pernambuco. Se isso acontecer, o projeto terá chance.

Difícil, a vida

Indagado sobre ação no Cade, impetrada pela Associação Brasileira dos Importadores de Combustíveis, no fim de fevereiro deste ano, Pedro Parente se manifesta pela primeira vez sobre a denúncia contra a Petrobrás por preço... predatório. “Nunca praticamos preços abaixo do mercado internacional. O que podemos deduzir dessa reclamação é que querem que Petrobrás aumente seus preços da gasolina e óleo diesel”, ironiza o presidente da estatal. Os consumidores brasileiros “desagradecem”.

Vida difícil 2

A Abicom alega que a Petrobrás se valeu da mudança na sua política de preços, decidida em outubro de 2016, para colocar o preço da gasolina e do óleo diesel... abaixo da paridade internacional. Acusam a estatal de querer eliminar os importadores do mercado. A Abicom responde hoje por cerca de 21% do mercado de importação de diesel e gasolina.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Olhos voltados para a sucessão em Itaipu**

Após o pedido de demissão do diretor-geral brasileiro da Usina Hidrelétrica de Itaipu, Luiz Fernando Leone Vianna, que deixará o cargo em 6 de abril, a sucessão despertou a atenção do setor elétrico, e os agentes torcem para uma escolha técnica. No Palácio do Planalto, no entanto, a saída de Vianna é avaliada com bons olhos em meio aos debates sobre a reforma ministerial no governo Michel Temer. Conforme um interlocutor do presidente, o desembarque do diretor da binacional, indicado do governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), abre espaço para o fortalecimento de alianças políticas. “É uma situação que favorece quem quer ser governo e cria menos dor de cabeça para a escolha de um novo nome”, ponderou a fonte palaciana.

Não há, contudo, definição do sucessor, o que só deve ocorrer, de fato, após a semana santa. Alexei Vivan, presidente da Associação Brasileira das Companhias de Energia Elétrica (ABCE), aposta que há grandes chances de a substituição ser interna. “Há quadros muito bons em Itaipu, que poderiam ser aproveitados”, disse. Se a opção for por uma solução caseira, dois executivos de Itaipu estão credenciados para ocupar o cargo de Vianna: o diretor técnico, Mauro Corbellini, e o diretor jurídico, Cezar Eduardo Ziliotto. Também é cogitado o retorno de Euclides Scalco, que já exerceu a função entre 1995 e 2002, com um breve intervalo em 1998, indicado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Para Mario Menel, presidente do Fórum das Associações do Setor Elétrico (Fase), a saída de Vianna é uma grande perda. “Ele é um diplomata que administra bem uma gestão complicada como a de Itaipu pelo fato de ser binacional. Realmente, vai fazer muito falta”, opinou. Menel afirmou, entretanto, compreender perfeitamente a decisão de Vianna. “Ele optou pela iniciativa privada e a proposta foi irrecusável. Mas a sucessão é um problema difícil no atual ambiente político e a disputa deve ser acirrada”, ressaltou. “O governo precisa escolher alguém hábil na negociação”, acrescentou.

Elena Landau, economista e ex-conselheira da Eletrobras, explica que o governo tem de tomar cuidado com quem será indicado porque Itaipu tem um enorme desafio pela frente. “É uma grande empresa que, quando acabarem as dívidas, precisa estar preparada para uma mudança. Vale lembrar que ela não está sujeita à lei das estatais. Ela tem uma lei própria”, destacou.

A escolha da diretoria de Itaipu precisa ser formalmente encaminhada pelo rito que exige aprovação do comitê de governança da Eletrobras, da diretoria e do conselho de administração. “Itaipu segue uma lei e a nomeação é feita a partir de indicação da Eletrobrás. Se esse rito for descumprido haverá questionamento do TCU (Tribunal de Contas da União), que já se manifestou sobre o assunto”, alertou uma fonte ligada ao **Ministério de Minas e Energia (MME)**.

De acordo com Walter Fróes, diretor da CMU Comercializadora de Energia, quando Vianna anunciou que iria para a comercializadora de energia Delta, “surgiram 14 interessados” na sua sucessão. “O salário em dólares não é ruim. É um dos cargos mais cobiçados do setor. Eu espero uma solução na mesma linha do que está cogitado para ocorrer no MME, com o secretário executivo Paulo Pedrosa assumindo o ministério”, afirmou.

“A nossa defesa é para manter a agenda iniciada no ministério”, afirmou o **titular de Minas e Energia Fernando Coelho Filho**, ao se filiar ao MDB na quarta-feira passada.

MME / ASCOM .